

Tomada de Posse 2022

Senhora Vice-Presidente do Tribunal da Relação do Porto, Desembargadora Maria Dolores da Silva e Sousa

Senhor Procurador-Geral Regional do Porto, Dr. Norberto Martins

Senhor Reitor da Universidade do Porto, Professor Doutor António de Sousa Pereira

Senhor Presidente do Instituto Politécnico do Porto, Professor Doutor Paulo Pereira

Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, Dr. Rui Moreira

Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Porto, Professor Doutor Sebastião Feyo de Azevedo

Senhor Reverendíssimo Bispo do Porto, Dom Manuel Linda

Senhor Presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados, Dr. Paulo Pimenta

Senhor Presidente do Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados, Dr. Orlando Carvalho Leite

Senhora Presidente do Tribunal Judicial da Comarca do Porto, Desembargadora Ausenda Gonçalves

Senhor Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, Desembargador Jorge Bispo,

Coordenador do Ministério Público do Tribunal da Comarca do Porto, Dr. José Manuel da Fonseca

Senhor Diretor da Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, Dr. Pedro Machado

Senhor Comandante do Comando Pessoal do Exército, Tenente General Eugénio Nunes Henriques

Senhor Comandante do Comando Territorial do Porto da Guarda Nacional Republicana, Coronel Manuel Carlos Afonso

Senhora 2ª Comandante do Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública do Porto, Superintendente Maria dos Anjos Pereira

Senhora Representante do Presidente do Conselho Regional do Porto da Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução, Dra. Cecília Mendes

Senhor Presidente da Fundação Engenheiro António Almeida, Dr. Augusto Aguiar-Branco

Senhores Desembargadores

Senhores Procuradores-Gerais Adjuntos

Senhores Juizes de Direito e Procuradores

Senhores Advogados

Senhores Funcionários Judiciais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

A minha nota primeira serve para cumprimentar os nossos convidados que, com gosto, acabei de identificar e que representam as nobres instituições desta invicta cidade.

Tê-los connosco responsabiliza-nos, mas faz-nos também sentir extremamente gratificados.

Bem-hajam pela vossa presença que tanto prestigia esta cerimónia; constitui um sinal poderoso de respaldo ao poder judicial; significa uma manifestação de confiança, de solidariedade e partilha para com aqueles que trabalham nesta Casa.

\*

Excelentíssimos Srs. Desembargadores, que hoje tomaram Posse:

Somos o Tribunal da Relação mais antigo do país.

Fundado em 1582, com mais de quatro séculos de história, sediado num Palácio magnífico, com dezenas de obras-primas, este é o vosso tribunal:

O Tribunal da Relação do Porto.

Somos um Tribunal com uma taxa de resolução processual que compara com as melhores do continente europeu.

Somos mais do que um Tribunal que dirime conflitos; bem mais do que isso.

Convido-vos a que percorram a nossa sala de visitas virtual, o nosso sítio: [trp.pt](http://trp.pt).

Logo no portal de entrada, destacam-se os nossos quatro pilares estratégicos que corporizam a dimensão externa da nossa intervenção.

Somos uma Relação com a Cidade.

Com o Porto. Temos uma colaboração estreita com as forças vivas desta cidade ímpar na defesa dos valores liberais que caracterizam o exercício de um poder judicial soberano.

Somos uma Relação de Cooperação.

Com as demais profissões forenses; com a advocacia a quem sempre cumpre, com prazer, cumprimentar; com o Ministério Público com quem partilhamos esta Casa comum, mas também com a Academia, parceira central no aprimoramento das Ciências Jurídicas.

Somos uma Relação Solidária.

Com uma robusta preocupação ambiental expressa na nossa adesão ao Pacto do Porto para o Clima. Destaco hoje um outro dos nossos projetos nesta área. Intitula-se Gesto Solidário e permitiu distribuir, graças ao contributo individual dos nossos Desembargadores e amigos desta Casa, mais de cinquenta mil euros por quatro instituições de referência no apoio social da cidade do Porto. Aos novos Colegas, caso assim o entendam, fica o desafio para que colaborem com esta iniciativa, desenhada para estarmos próximos daqueles que mais precisam.

Somos uma Relação com as Artes. Todos o sabem, é público e notório.

Nesta senda, convido-vos para um evento, muito especial, que terá lugar já na próxima sexta-feira: a inauguração da exposição "Justus" de Paulo Neves, seguramente um dos grandes escultores portugueses.

Trata-se de uma mostra de enorme qualidade, impressionante pela majestade das estátuas, pela "gravitas" absoluta que o tema da Justiça sempre implica; com este evento surge a afirmação definitiva do terceiro andar como o piso cultural do Palácio da Justiça. É também nele que funcionará o novo Museu do Tribunal da Relação, moderno, desafiante e que vamos instituir como um espaço de referência, nacional e internacional, na museologia do judiciário.

Somos mais, bem mais, do que a mera soma das partes.

Orgulhamo-nos de manter, ano após ano, um companheirismo forte, cordial, entre os que aqui trabalham, os magistrados e - com ênfase o afirmo - com os funcionários, sempre presentes, sempre disponíveis.

Os funcionários judiciais são personagens centrais para a Relação do Porto; bom seria que o mesmo empenhamento estivesse presente naqueles a quem cabe a gestão nacional do sistema judicial; infelizmente assim não parece, continuamente, acontecer.

Somos, vivemos de um sentimento comum de pertença, eloquentemente, demonstrado pela observação do auditório aqui presente.

Vejo, com alegria, com regozijo, vários, muitos, Colegas que fizeram questão de vos saudar pessoalmente neste momento crucial de uma nova etapa profissional.

O companheirismo ao serviço da causa pública constitui, pois, a nossa imagem de marca.

Na pessoa do Presidente, poderão sempre encontrar um colega, investido pelo voto como vosso representante máximo, próximo, disponível. A liderança deste Tribunal afirma-se numa lógica de proximidade, através de uma gestão partilhada, em rede, inter pares.

Excelentíssimos Convidados

Srs. Desembargadores

Há datas inspiradoras.

Neste mesmo mês de setembro, há exatamente duzentos anos, era aprovada a Constituição de 1822.

Página marcante da nossa história coletiva, afirmou-se então um ideário liberal que procurava rasgar um futuro de liberdade e de afirmação dos direitos dos cidadãos. Tudo nasceu, como bem sabem, no Porto, cidade teimosamente livre.

Num país que não cresce, sorumbaticamente na cauda da Europa económica, que não proporciona às novas gerações, aos nossos jovens, oportunidades de um emprego digno, num sistema judicial que não logra - todos o sabemos - atingir os patamares de confiança junto dos nossos concidadãos de que tanto precisamos; num Portugal que, nas palavras de Alexandre O'Neill, permanece, uma e outra vez, "o remorso de todos nós", permito-me, formalmente, na vossa presença, invocar a figura de Manuel Fernandes Tomás, que foi Desembargador neste Tribunal e que há dois séculos soube liderar a busca de novos caminhos de renovação e esperança.

Perante uma monarquia ausente, afastada do Povo a quem devia servir, perante o estertor do absolutismo, afirmou-se a partir do Porto, destas ruas nobres e anciãs, um forte sopro reformista, chancelado pela Constituição Liberal de 1822, onde se afirmava a separação de poderes e o primado da liberdade cidadã numa definição majestosamente simples, presente no artigo 2º: "a liberdade consiste em não sermos obrigados a fazer o que a lei não manda, nem a deixar de fazer o que ela não proíbe".

É esse o nosso património histórico, é com este legado de liberdade que cumpre hoje redesenhar um novo futuro.

"Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável."

O rumo foi definido, dois séculos atrás. Inspirados por esse pai da liberdade, o nosso Desembargador Manuel Fernandes Tomás, cabe-nos honrar a Constituição de Abril que cada um dos empossados jurou cumprir. Como ensinou Sophia, saibamos habitar a substância do tempo, a partir desse "dia inicial inteiro e limpo".

Que o espírito aberto, plural de Manuel Fernandes Tomás, nosso colega do passado, que inspira este Tribunal, esta cidade no presente, seja hoje o patrono desta cerimónia, tributária do futuro.

Caros Colegas agora empossados

Não contem comigo – um mais entre vós - para mensagens judiciosas, tendencialmente paternalistas ou moralistas.

Como dizia Oscar Wilde, a única coisa a fazer com os bons conselhos é passá-los aos outros pois raramente servem a nós próprios.

Resulta, porém, inequívoco que a etapa profissional que hoje iniciam representa um poderoso desafio de superior exigência, compromisso, responsabilidade.

As decisões judiciais que vierem a determinar assumem uma vertente irrevogável. Dizer o Direito na segunda instância representa numa percentagem esmagadora, dizê-lo definitivamente. Ao mesmo tempo, defrontamo-nos com um elevado número de processos a cargo de cada Desembargador, sendo sempre deficitária a renovação de quadros, ou permanente a ausência de uma assessoria, mínima que seja. Tudo isto decorre num contexto em que a dificuldade do nosso trabalho – veja-se, por exemplo, o escrutínio da matéria de facto - se agrava a cada ano que passa.

Mas este não é o momento para desânimos ou queixas.

Encaremos esta exigência acrescida como um estímulo mais ao nosso empenho com vista a um desígnio superior, transcendente: servir a cidadania, servir o Povo.

Glosando Ferrajoli, ser juiz, no mundo de hoje, num Estado de Direito Democrático, significa viver num permanente conflito entre Saber e Poder.

Quem exerce o poder deve saber ignorá-lo, consciente, sim, do dever que o seu exercício impõe.

A jurisdição legitima-se, valida-se, quando nela impera o saber e fragiliza-se quando seja apenas o poder a prevalecer.

O carácter extraordinário do nosso trabalho equipara apenas com a forma abnegada, aberta à pluralidade e ao debate racional, com que os juízes portugueses, serenamente, desempenham o seu ofício.

Mas também neste aspeto não vos trago novidade, enquanto magistrados com décadas de experiência e de serviço público.

\*

António Carneiro da Silva; António Joaquim Silva; Artur Dionísio Oliveira; Carlos Oliveira; Isabel Ferreira; Joel Pereira; Lígia Trovão; Maria da Luz Seabra; Maria do Rosário Martins; Paula Pires; Pedro Menezes; Rui Oliveira e Teresa Fonseca.

Termino, nomeando jubilosamente cada um de vós no intuito de endereçar pessoalmente um desejo fraterno: o de que tenham as maiores venturas no cargo para que agora foram empossados.

As vossas reconhecidas qualidades pessoais e profissionais permitem-me prever que, seguramente, assim irá acontecer.

Sejam muito bem-vindos ao Tribunal da Relação do Porto!

*José Igreja Matos*